

CARTAS DE ESPERANÇA E LIBERTAÇÃO
A CORRESPONDÊNCIA DE ALCEU AMOROSO LIMA COM FREI BETTO E
LEONARDO BOFF

Leandro Garcia Rodrigues¹

RESUMO: Neste ano de 2014, quando fazemos a memória dos cinquenta anos do Golpe de 64, várias iniciativas culturais e de pesquisa ajudam a iluminar este período tão fatídico da nossa história contemporânea. Minha contribuição foi ter organizado a correspondência recíproca entre os escritores Leonardo Boff e Frei Betto com o intelectual católico Alceu Amoroso Lima. O volume desta publicação (pela editora Vozes) compõe-se de vinte e três cartas, dois depoimentos inéditos, dez crônicas jornalísticas e um ensaio sobre a função do intelectual cristão na sociedade. O ensaio a seguir foi escrito como a introdução crítica desta mesma publicação, possibilitando ao leitor desta revista uma visão de conjunto de toda esta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Epistolografia; Torturas; Alceu Amoroso Lima; Frei Betto; Leonardo Boff

Em 3 de agosto de 1967, Alceu Amoroso Lima assim escreveu à sua filha Madre Maria Teresa Amoroso Lima, religiosa beneditina do Mosteiro de Santa Maria, em São Paulo:

Os jornais desta manhã estão cheios dos acontecimentos de São Paulo, com os estudantes e os dominicanos e beneditinos contra o Dops. A situação está assumindo um caráter cada vez mais grave e o choque entre estudantes e o novo governo da revolução nos está levando a uma situação de arrocho talvez mais grave do que a anterior.

A culpa é toda do governo, que vive numa atitude de repulsa policial que só pode provocar também uma repulsa de fatos e um choque com a polícia. Colocada a questão nestes termos de violência, não há mais por onde sair, senão mesmo pela violência, pelos choques de fato, pelas manifestações de solidariedade, como a que vou mandar hoje mesmo aos dominicanos de São Paulo, protestando contra a prisão, embora momentânea – pois foi solto depois de prestar declarações na polícia – do frei Chico!

É lamentável tudo isso, mas a culpa é do governo, que não seguiu a minha (!) proposta insistente: deixar que os estudantes se reunissem livremente e nas próprias associações, enquanto não passarem a atos delituosos. A polícia está enfurecida porque afinal os estudantes realizaram mesmo o congresso, e passaram a perna nela. Daí a fúria deles. Tudo isso é uma amostra, em pequeno, do clima de violência que se alastra por todo o mundo, e contra o qual nossa pregação de paz, não só nos fins mas nos meios, e de liberdade, nas mesmas condições, é cada vez mais vã.

Vamos ver como tudo isso se desenrola. *Ciao.*

P. [papai] (LIMQ, 2003, p.584)

¹ Doutor e Pós-Doutor em Estudos Literários pela PUC-Rio. Professor de Literatura Brasileira na Especialização “Literatura, Arte e Pensamento Contemporâneo”, da PUC-Rio e do CEFET – Petrópolis. Este ensaio é o texto introdutório ao livro *Cartas de Ternura em Tempos de Ditadura – Frei Betto e Leonardo Boff Escrevem a Alceu Amoroso Lima*, por mim organizado, que será publicado pela Editora Vozes. Contatos: prof.leandrogarcia@hotmail.com

Esta carta já antecede o tom desta correspondência entre Alceu Amoroso Lima e Frei Betto, que ora vem à luz neste ano que refletimos os 50 anos do Golpe de 64, evento este que redimensionou a história recente do Brasil, com as suas diversas implicações nas mais diferentes áreas da nossa realidade política, religiosa, social e cultural.

De forma muito particular, esta Correspondência quer (re)pensar o papel da Igreja Católica brasileira frente ao regime totalitário que se instaurou no Brasil a partir de 1964. Do apoio irrestrito e empolgado num primeiro momento, a Igreja se tornou a principal voz de denúncia e antagonismo deste mesmo regime, especialmente após a prisão, tortura, desaparecimento e morte de inúmeras pessoas, particularmente padres, bispos, seminaristas, leigos, freiras e religiosos, como o próprio Frei Betto.

São os temas explorados e problematizados nesta importante troca epistolar que começou em 1967 e terminou em 1981, dois anos antes da Páscoa definitiva de Alceu, num total de 22 cartas, sendo 4 de Alceu e 18 de Frei Betto. Dada a complexidade do tema, dividirei este ensaio em partes para melhor analisar os meandros desta Correspondência e das partes que a constituem.

I – O Relato Epistolar das Catacumbas

No dia 1º de fevereiro de 1929, em resposta a uma carta do poeta e amigo Carlos Drummond de Andrade, assim o respondeu Alceu Amoroso Lima:

Sem ter tempo de escrever, escrevo demais e escrevo pelo prazer de receber a resposta. E pelo amor à correspondência, essa forma literária que hoje em dia me satisfaz. Única onde não há o *écran* do público, que é um véu entre os espíritos, como a matéria é um véu mais ou menos transparente entre o homem e Deus, como diz o Berkeley. Sua carta, assim mesmo, (veja como tenho razão de amar as correspondências) já foi levantando um pouco do véu do mistério. [RODRIGUES, Leandro Garcia (org.). *Correspondência Alceu Amoroso Lima e Carlos Drummond de Andrade*, Editora UFMG, no prelo]

Eis que mais um epistolário vem a público, desta vez redimensionando um pouco a tradição destas publicações que, nos estudos literários brasileiros, têm se pautado pela divulgação de cartas entre escritores, poetas e artistas. Desta vez, temos o mais importante crítico literário do nosso Modernismo e um frade da Ordem dos Pregadores, os dominicanos. Alceu Amoroso Lima e Frei Betto, amigos, de gerações completamente diferentes, mas com diversas afinidades, especialmente um projeto de Igreja que se projeta rumo ao diálogo, à

diversidade, à denúncia das injustiças sociais, à constante renovação das suas estruturas, algumas necrosadas pelo clericalismo cego e pela conservação de tradicionalismos inférteis e engessados.

Neste sentido, este epistolário de 22 cartas, pouco em quantidade de missivas, mas denso em temáticas abordadas, chega ao público leitor oferecendo uma nova forma de se encarar o texto epistolar – como testemunho, relato, desabafo e denúncia. Mais do que cartas da prisão, são cartas das “catacumbas pós-modernas”: existenciais, circunstanciais, cuja noção de encarceramento não se reduz apenas às dimensões físicas da própria cela, da cadeia, barreiras estas transpostas pelas diversas cartas que circulavam, entrando ou saindo de tais masmorras, acenando com a liberdade vindoura – para alguns detentos; e/ou a despedida – para aqueles que de lá não saíram. Mais do que cartas da prisão, são textos que evocam a liberdade, que clamam por este direito tão básico do ser humano.

Muito se têm pesquisado sobre o Gênero Epistolar e suas dinâmicas constitutivas, suas fronteiras teóricas e expressivas, aplicabilidade e linhas de alcance. Tentarei esboçar algumas ideias e sensações advindas na leitura destas cartas entre Frei Betto e Alceu Amoroso Lima, cruzando o texto das mesmas com alguns postulados defendidos pelos mais diferentes estudiosos do gênero epistolar, tudo no sentido de compreender um pouco mais este gênero profundamente reconhecido como híbrido e complexo na sua própria natureza de expressão.

Num primeiro momento, evoco a carta como uma poderosa ferramenta narcísica do contar-se, do expor-se, do abrir-se ao outro nas linhas do papel, presentificando e materializando a presença do outro, lembrando a afirmação de Michel Sérres de que “eu sou o outro”. Aqui se estabelece, necessariamente, o *pacto epistolar*, através do qual o remetente espera e conta com a cumplicidade do seu destinatário e vice-versa. Falar ou escrever sobre si mesmo e os próprios acontecimentos é – como já afirmou Michel Foucault (1976) – uma alternativa crucial da modernidade, uma necessidade e uma força cultural, uma vez que sempre esperamos a verdade e a sinceridade do sujeito. Neste sentido, Frei Betto forneceu uma boa ideia do seu dia a dia na prisão, nesta carta endereçada aos pais e irmãos, em 7 de março de 1970:

Aqui tudo bem, sem muitas novidades. Vivo uma experiência muito rica ao lado destes cinquenta irmãos. A cada dia aprendo a pertencer menos a mim mesmo e mais aos outros. Aqui ninguém tem direito sobre a maioria. O que é de um é de todos. Temos o dia todo para ouvir rádio, ler, estudar, jogar buraco ou bridge, conversar, mas devemos dormir antes de 1h e acordar antes das 9 da manhã. Prefiro dormir às 23 horas e levantar entre 6.30 e 7, pois assim aproveito melhor o dia. Com o passar do tempo, é como se tivéssemos escolhido viver desta maneira. O organismo vai se adaptando aos poucos e ocorrem em nós certas modificações curiosas. Depois de certo tempo de prisão, não há

nada de novo a ver e tocar. Então aguça-se o nosso sentido auditivo. [...] Hoje, poso passar o dia todo deitado, lendo, sem a menor preguiça. O organismo adapta-se progressivamente, quase sem a gente perceber. Nossas necessidades ficam reduzidas e a resistência física aumenta. Hoje me bastariam duas calças e duas camisas. Neste sentido, a prisão é muito educativa. Ensina-nos a viver em comunidade, a saber estudar com barulho, a dormir com luz acesa... (FREI BETTO, 1978, p.37)

Podemos ler esta carta como um diário, e aqui estes dois gêneros da escrita autográfica se confundem, se contaminam, um se imbricando no outro, contribuindo para aquela noção de hibridismo do gênero epistolar, tão defendida e cada vez mais percebida nos nossos estudos acerca desta tipologia genealógica. Carta e diário – qual a fronteira delimitadora? Prefiro pensar que se complementam e se hibridizam naturalmente no ato de contar sobre si mesmo e sobre as experiências do cotidiano. Este “contar-se” em forma diarística, muito comum nos escritos epistolares, é lembrado por Luiz Costa Lima no seu livro *Sociedade e discurso ficcional* (Guanabara, 1986), no qual analisa a escrita autobiográfica e defende: “Desde que o Ocidente converteu a individualidade em valor, a impaciência de viver se desdobrou na impaciência de contar”.

Nas diversas cartas escritas e publicadas por Frei Betto, não apenas aquelas endereçadas a Alceu, sentimos um sentimento acima do indivíduo, são “cartas para todos”, existe um duplo destinatário: a) a pessoa física a quem a missiva é endereçada e b) o destinatário geral, desconhecido, plural. São “cartas para os outros”, suas cartas – cartas de todos. Lembrando Contardo Calligaris (1997), analisando os mais diferentes tipos de textos autobiográficos:

O escrito autobiográfico implica uma cultura na qual, por exemplo, o indivíduo (seja qual for sua relevância cultural) situe sua vida ou seu destino acima da comunidade a que ele pertence, na qual ele conceba sua vida não como uma confirmação das regras e dos legados da tradição, mas como uma aventura para ser inventada. Ou ainda uma cultura na qual importe ao indivíduo durar, sobreviver pessoalmente na memória dos outros.

Este “sobreviver pessoalmente na memória dos outros” estava diretamente implicado na ideia de denúncia, isto é, a carta funcionando como alternativa de explodir as barreiras físicas da prisão, é o destinatário múltiplo, é a carta endereçada a toda e qualquer pessoa de bem que pudesse – a partir da sua leitura – estabelecer qualquer elo de solidariedade com o remetente encarcerado. Tal fato levou Alceu Amoroso Lima a escrever o intrigante artigo “Documento para Amanhã”, publicado no *Jornal do Brasil*, em 4 de maio de 1973 (Cf. Anexos), no qual ele afirmou:

A mocidade do meu tempo vibrava, com os que se haviam insurgido, como Tiradentes, contra o Estado colonial. A mocidade de hoje também vibra, mas sobretudo sofre na carne, com os que se insurgem contra o Estado policial. Haja à vista a onda recente de assassinatos e prisões, enquanto os jovens dominicanos ordenados ou não, continuam a cumprir sua pena de prisão sem nenhuma ignomínia, por terem praticado a virtude da hospitalidade aos perseguido. [...] Entre eles se destaca a figura ímpar de Frei Beto, Carlos Alberto Libanio Christo, cujas cartas da prisão representam um dos mais altos documentos da mais pura espiritualidade, comprometido com a realidade concreta e não apenas especulativa, se não o mais alto de toda a nossa literatura. [...] É a voz dos grandes profetas que fala por esse jovem de 20 e poucos anos, em uma cela dos “subterrâneos da História”. [...] Não sei que documentos ficarão de nossos tempos para o futuro. Sei, apenas, que um deles será este.

Alceu teve a clara sensação de que ele não era o único destinatário das cartas de Frei Betto, tanto que publicou diversos trechos das mesmas nas suas inúmeras crônicas jornalísticas, usando o espaço do jornal como tribuna de denúncia e extravasamento destas mesmas missivas, tornando-as “documento para amanhã”; todavia, um amanhã presentificado, um amanhã que urgia – no agora da leitura – uma tomada de decisão por parte dos leitores, um posicionamento crítico acerca dos subterrâneos da nossa História contemporânea. Ou seja, a epistolografia contendo uma possibilidade natural e intrínseca de provocar mutações ideológicas nos seus possíveis *destinatários* – evoco o plural – influenciando novas ideias e atitudes, permitindo a reflexão, levando-nos a conceber a carta como uma “categoria transhistórica” do discurso, com múltiplos cruzamentos e distintas direções de manifestação e performance.

Nesta “transhistoricidade” do gênero epistolar, é impossível não lembrar do forte diálogo entre epistolografia e memorialismo, com todos os entre-lugares proporcionados por esta tensa e instigante relação. Mário de Andrade – que confessou a Carlos Drummond de Andrade sofrer de “gigantismo epistolar”, é sempre lembrado pelo valor que deu à correspondência, vivendo-a como uma espécie de missão e apostolado, utilizando-a como o outro lado da sua obra – também relacionou a escrita de cartas como um exercício de memorialismo, uma forma de registro. Nesta carta a Sérgio Milliet, em 20 de junho de 1940, ele afirmou:

Não tenho jeito para memórias. Mas as cartas são sempre uma espécie de memórias desde tenham alguma coisa mais nuclear e objetiva que arroubos sentimentais sobre o espírito do tempo. E as memórias em carta têm um valor de veracidade maior que o das memórias guardadas em segredo pra revelação secular futura. É que o amigo que recebe a carta pode controlar os casos e as almas contadas. (ANDRADE APUD DUARTE, 1985, p.332)

Mário sabia da importância de tal exercício, era um “correspondente contumaz”, como afirmava, tinha plena clareza de que a carta socializava, pensava e aproximava os correspondentes e promovia e cultivava novas amizades, solidificando aquelas mais antigas. Tudo isso concorria para a construção de um memorialismo epistolar via Correios & Telégrafos, no qual a memória de pessoas e fatos históricos eram trazidos à baila pela simples atividade da lembrança, da citação.

No caso específico desta correspondência entre Frei Betto e Alceu Amoroso Lima, o texto epistolar está diretamente relacionado ao cultivo e à problematização de uma necessidade sempre lembrada por estes correspondentes: a noção de justiça social, um fato que os diferencia sobremaneira em relação aos outros epistolários mais conhecidos e já publicados. Por isto mesmo, a força da memória está intrinsecamente ligada à busca da justiça, usando o texto epistolar como plataforma de tal anseio ontológico. Ao pesquisar os meandros da memória, o pensador alemão Andreas Huyssen, no seu livro *Seduzidos pela Memória* (2004), afirma:

Assim como a historiografia perdeu a sua antiga confiança em narrativas teleológicas magistrais e tornou-se mais cética quanto ao uso de marcos de referência nacionais para o desenvolvimento do seu conteúdo, as atuais culturas críticas de memória, com sua ênfase nos direitos humanos, em questões de minorias e gêneros e na reavaliação dos vários passados nacionais e internacionais, percorrem um longo caminho para proporcionar um impulso favorável que ajude a escrever a história de um modo novo e, portanto, para garantir um futuro de memória. No cenário mais favorável, as culturas de memória estão intimamente ligadas, em muitas partes do mundo, a processos de democratização e lutas por direitos humanos e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil. [...] Assegurar o passado não é uma tarefa menos arriscada do que assegurar o futuro. Afinal de contas, a memória não pode ser um substituto da justiça e a própria justiça será inevitavelmente envolvida pela falta de credibilidade da memória. (HUYSSSEN, 2004, p. 34)

Desta forma, as cartas trocadas entre Frei Betto e Alceu Amoroso Lima, especialmente aquelas da época da prisão do dominicano, são uma espécie de brado *de e por* justiça, um grito que reverberou para além do respectivo destinatário destas mesmas cartas, causando uma espécie de movimento catártico nestes mesmos destinatários, gerando uma recepção produtiva do ponto de vista reflexivo pela projeção de uma determinada subjetividade. Na longa carta enviada a Alceu, em 22 de fevereiro de 1970, Frei Betto deixa claro a necessidade de se buscar a justiça e punir aqueles que a violam:

Embora processados por atividades, sofreremos punição religiosa. Fomos proibidos de celebrar missa, e três estudantes dominicanos foram impedidos pela Auditoria de renovarem seus votos religiosos, conforme a Igreja exige. Resta-nos saber quem tem o direito de nos suspender de ordens: a autoridade militar ou a autoridade eclesiástica? O juiz alegou que a profissão religiosa seria “uma promoção aos dominicanos”. Desde quando renovar a opção pela vida religiosa é uma “promoção” ofensiva ao Estado brasileiro? Estamos sendo religiosamente punidos por quê? Nada está provado contra nós, nem mesmo temos culpa formada. Tais medidas só se justificam num regime que persegue a Igreja. Os dominicanos que deveriam renovar os votos no dia 11 de fev. são os frades Tito de Alencar Lima, Roberto Romano e Yves do Amaral Lesbaupin. [...] Reze pelos que neste país lutam pela justiça, pelos presos políticos e suas famílias, pelos que morreram nas torturas, pelo frei Tito. Estaremos unidos ao sr. na mesma oração. Ela é a garantia dessa liberdade interior que ninguém pode arrancar de nós.

É uma outra perspectiva de encararmos o texto epistolar: não apenas como o “outro lado” da obra do seu autor, o seu reverso, mas como documento que não lhe pertence mais a partir do seu envio, alcançando uma amplitude de debates e propondo outros, sempre na perspectiva de sustentar um questionamento e/ou a formulação de novas opiniões críticas. Ao prefaciar a edição das cartas trocadas entre Mário de Andrade e Otávio Dias Leite (2006), Júlio Castañon Guimarães afirma que as cartas

pode haver sempre, por estarem no domínio do privado, a suposição de que guardam informações cuja circulação se dê apenas entre os correspondentes. Quando ocorre de virem a público, seria então como se houvesse uma espécie de revelação. Naturalmente, nem sempre essas informações são tão exclusivas assim, pois podem circular tanto em outras correspondências de cada um dos interlocutores, quanto em outros meios. [...] E aí já se tem pelo menos indício de como o conteúdo de uma correspondência para além de sua dimensão pessoal pode adquirir repercussão mais ampla. Além desses aspectos, as cartas podem ser deflagradoras de massa de informação que não está exatamente presente nelas, que ultrapassa seus limites.

Temos aqui o velho problema entre o privado e o público e a delimitação das fronteiras entre ambos. Mais do que delimitar, percebemos hoje que a publicação destes epistolários produz uma verdadeira práxis de contaminação entre estas mesmas fronteiras, não possibilitando uma separação cartesiana entre ambas, especialmente quando se fala em luta pela justiça, assunto tão caro nesta correspondência entre Frei Betto e Alceu Amoroso Lima.

Ao afirmar que “as cartas podem ser deflagradoras de massa de informação que não está exatamente presente nelas, que ultrapassa seus limites”, Júlio Castañon Guimarães toca num aspecto sintomático desta correspondência: o fato de Alceu responder as cartas de Frei Betto com um respectivo artigo na imprensa. Isto é um aspecto digno de se questionar e trazer à lume para discutirmos a linha de alcance da escrita epistolar, pois Alceu realmente

aproveitava o que vinha escrito nas cartas de Frei Betto e aproveitava este material para compor as suas crônicas semanais para a imprensa. Vemos claramente uma relação carta-crônica-opinião pública que funcionou muito bem ao longo dos anos que esta correspondência cobriu: 1967 – 1981.

Desta maneira, confirmamos o que afirmou Geneviève Haroche-Bouzinac, para quem o gênero epistolar se caracteriza por sua natureza profundamente polissêmica e com um “caráter essencialmente híbrido do gênero”, possuindo uma forte “instabilidade de suas formas”, “por isso mesmo sempre em movimento”, o que necessariamente o leva a ser um “gênero de fronteira”. Por todos estes câmbios teóricos e expressivos, a epistolografia possui uma gama de direcionamento analítico, numa constante “corda bamba” que não a relativiza, mas que lhe confere uma múltipla aplicabilidade e uma considerável riqueza de abordagem e performance, considerando o fecundo espaço de debate e discussão gerado por estes textos.

Tais aspectos nos levam a encarar o gênero epistolar numa outra perspectiva igualmente complexa e interessante: a relação carta-ensaio, num claro exercício de inteligência e construção de conceitos que a correspondência permite e até incentiva. Em *Contrapontos: notas sobre a correspondência no modernismo* (Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004), Júlio Castañon Guimarães propõe que a pesquisa em torno da epistolografia possibilita esta aproximação do texto epistolar com a produção ensaística. Segundo ele,

Associadas a esse tipo de utilização do termo carta, estariam as cartas escritas efetivamente para um destinatário particular, mas veiculadas publicamente pela imprensa. Ou ainda, cartas dirigidas a um destinatário particular e a ele de fato enviadas, mas escritas de tal forma a constituírem um ensaio sobre determinado assunto, de modo que posteriormente, com sua reunião e publicação, assumem praticamente a forma de um ensaio. (GUIMARÃES, 2004, p.17)

Isto se percebe claramente nos dois volumes já publicados das cartas entre Alceu Amoroso Lima e sua filha, Madre Maria Teresa. Além dos fatos do dia a dia, da narrativa familiar, das satisfações acerca dos acontecimentos hodiernos, percebemos em algumas destas cartas a intenção clara e prática do remetente ensaísta. Na verdade, Alceu usou o hábito quase cotidiano de escrever à filha, que vivia no Mosteiro beneditino de Santa Maria, em São Paulo, para desenvolver suas ideias críticas a respeito dos mais diferentes assuntos, com especial predileção àqueles que diziam respeito à Igreja e aos problemas políticos brasileiros. Desta forma, a destinatária direta destas missivas – a filha – não recebia apenas cartas informativas, mas também textos de alta complexidade intelectual que evocavam novamente o trinômio carta-crônica-opinião pública, uma vez que, assim como ocorrido nas cartas com Frei Betto, o

diálogo epistolar com a sua filha também proporcionava a Alceu material e assunto para os seus inúmeros artigos veiculados pela imprensa, dias depois das respectivas cartas terem sido escritas e enviadas.

Não apenas na correspondência com a sua filha, mas toda a produção epistolar de Alceu Amoroso Lima possui esta dimensão ensaística, creio que fruto do seu longo trabalho como crítico literário, intelectual católico e crítico de ideias. Ao pesquisarmos o seu arquivo pessoal, percebe-se claramente esta forte tendência ao ensaísmo associado à epistolografia, isto é, Alceu (como muitos outros intelectuais) usava a carta como oportunidade propícia à construção de seu pensamento, de produção de saberes, de formulação de hipóteses e teses as mais diversas.

Frei Betto também usou a carta como oportunidade de produção ensaística, especialmente no tempo do cárcere, momento propício e forçado para pensar e refletir acerca das vicissitudes da própria vida e dos caminhos que a mesma estava tomando. Em carta aos seus familiares, em 18 de dezembro de 1970, assim registrou melancolicamente o frade dominicano:

Tudo aquilo que a sociedade expelle vem para cá. A prisão é como o esgoto, por onde passam os detritos, até que um dia sejam lançados no oceano da liberdade. Viver no esgoto é uma experiência única. Aqui os detritos se misturam, o que estava podre e o que estava bom, e que mesmo assim foi lançado fora. Cada cela é um pequeno reservatório dessa grande represa que é o cárcere. Convivemos com os ratos e as baratas que proliferam sob a cidade. Trazemos no corpo o odor quase insuportável da falta de liberdade. Lá em cima existe a cidade que continua consumindo, mastigando, triturando, digerindo e expelindo aquilo que ela mesma produz. Por esses lúgubres e apertados encanamentos de cimento e ferro correm sonhos, ideais, esperanças, juventude e uma fé inquebrantável de que as águas cristalinas e puras do oceano não estejam longe. [...] É tempo de revisão, de exame de consciência. Sinto-me muito à vontade para isso. O cárcere é uma espécie de genuflexório onde a gente se ajoelha diante da própria vida. É também uma janela do mundo, da qual vemos tudo e todos. E é, sobretudo, a reunião daqueles que foram segregados, banidos do convívio social. Na carência da liberdade está a nossa solidariedade. Mas a prisão tem um limite, por pior que ela seja. Retém o corpo, mas não o espírito, a mente, a fé, a história. Faz ver que a liberdade é muito mais que o simples movimento físico e que, nem sempre, estar livre significa ser livre. Essa é a angústia do homem moderno, sobretudo nos países desenvolvidos: julga-se livre sem saber o que fazer dessa liberdade. E sente-se preso, cada vez mais preso, quando tenta abusar de sua liberdade. (FREI BETTO, 1978, p110-112)

Aqui se vê claramente a utilização da carta para questionar o conceito de liberdade e suas implicações. O que é ser livre para alguém que estava preso? Frei Betto constrói o seu próprio conceito de liberdade na perspectiva de considerá-la como uma iniciativa que deve ser usada “para alguma coisa”, no sentido produtivo de medir a liberdade do ser humano pela

liberdade do seu próximo. Ou seja, o que não é para o bem comum de todos, não pode ser considerado como liberdade. E tudo isso pensado e questionado via texto epistolar, digerido e refletido nas linhas de uma folha de papel, selado e enviado pelo correio.

Claro está que, para a formulação e intercâmbio destas e outras propostas, a troca epistolar pressupõe e necessita de um sentimento intimamente humano – a amizade. Trata-se de uma condição simples e básica que atravessa a condição humana e fertiliza a sua experiência, abrindo-lhe novas possibilidades de contato e troca, proporcionando o câmbio de subjetividades e formando redes de sociabilidade e convívio. Silviano Santiago, na introdução de *Carlos & Mário – Correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade* (Bem Te Vi, 2002), assim afirma a respeito da amizade entre os diferentes correspondentes:

Ao se entregar ao amigo, o missivista nunca se distancia de si mesmo. O texto da carta é semelhante ao *alter ego* do escritor em busca de diálogo consigo e com o outro. Exercício de introspecção? Sim. Desde que se defina *introspecção* como aconselha Michel Foucault – antes de ser uma decifração do sujeito por ele próprio, a introspecção é uma *abertura* que o sujeito oferece ao outro sobre si mesmo. Essa abertura tem procedência e nome: amizade. (Santiago, 2002, p.11)

Esta noção de introspecção como abertura ao outro é perfeitamente percebida na correspondência entre Frei Betto e Alceu Amoroso Lima, tamanho a força da amizade e da confiança firmada entre ambos, bem antes de iniciarem a troca de cartas, provocando um pacto epistolar traduzido em declarações recíprocas sobre o sentimento que os unia. Nesta carta a Frei Betto, em 10 de janeiro 1979, assim Alceu declarou:

Querido e grande Frei Betto
Bem sei que tudo aquilo que o boletim da Civilização Brasileira publicou foi exclusivamente devido ao seu grande coração que tanto se ilude com este gato do mato que já está mais pra lá do que pra cá. Mas quando chegar realmente lá, um dos tesouros mais preciosos que levará de cá terá sido o reconhecimento de um perfeito cristão como você, que sabe unir, do modo mais extraordinário um tal coração, uma tal inteligência e um tal testemunho de fidelidade a Deus, à Igreja e aos homens. Temo muitas vezes por sua vida, tal o seu valor para o futuro da Igreja em nossa terra. E tais obstáculos que a debilidade de nossa fé oferece ao roteiro que você traça. Por amor de Deus não desanime e nos perdoe.

No que diz respeito a Frei Betto, o sentimento em relação a Alceu não foi diferente, como se percebe nesta enviada ao crítico, em 26 de outubro de 1976:

Caríssimo dr. Alceu, meu irmão

Devo dizer que a honra é minha de ter as cartas prefaciadas pelo sr., a quem sempre admirei e acompanhei em minha vida. Quando dirigente da JEC em Belo Horizonte, por volta de 1960, tive o prazer de recebê-lo para uma conferência proferida no auditório da Secretaria de Saúde, durante a Semana do Estudante. Tempos depois, quando me encontrava na direção nacional da Ação Católica (62-64), tivemos breves contatos com o sr. na sala do Centro Dom Vital – se não me falha a memória, na rua México. Seu primeiro livro que li foi “Juventude, Sexo e Tempo” e nesses anos acompanho entusiasmado seu artigos no JB². Portanto, existe entre nós uma cumplicidade na graça libertadora.

Esta cumplicidade própria dos correspondentes é sempre lembrada por Marcos Antônio de Moraes quando este analisa os diversos epistolários dos nossos escritores, especialmente aqueles ligados ao movimento modernista brasileiro. A cumplicidade é fruto da amizade estabelecida e cultivada pela troca entre os missivistas, a confiança se estabelece e possibilita a abertura ao outro, caminho este necessário a quaisquer correspondentes. Lembra Marcos Moraes (2000):

A carta configura-se como estrutura maleável em fundo e forma. Todos os assuntos podem ser incorporados à mensagem epistolográfica, fazendo da carta receptáculo não apenas de novidades ou amenas confidências como também de informação e saber constituído, compartilhado por duas vezes em confronto dialético.

Lembrando que estamos analisando a correspondência de duas pessoas profundamente religiosas, cuja disposição de abertura ao outro faz parte mesmo da natureza cristã, tendo a amizade como uma das expressões do sentimento religioso, do *religare* transcendental e metafísico.

Ao final destas especulações quanto à natureza do fenômeno epistolar, termino tocando a problemática da dimensão lacunar da epistolografia, também presente nestas cartas trocadas por Frei Betto e Alceu Amoroso Lima.

Ao organizar uma correspondência, temos sempre de nos deparar com certos hiatos que ocorrem na troca de cartas. Tais vazios se apresentam nas mais diferentes formas: textos extraviados, grande período de tempo sem quaisquer contatos, perda física (rasgaduras) de partes do documento, manchas no texto (borrões de tinta), riscos, rasuras provocadas por censuras do leitor, colagens sobre o original e outras formas que inviabilizem a leitura integral (ou parcial) do documento. Em geral, as formas mais comuns são o extravio/perda de cartas e os longos períodos sem comunicação entre os correspondentes. Tudo isto nos leva a pensar

² O *Jornal do Brasil* foi o veículo de imprensa no qual Alceu Amoroso Lima mais tempo permaneceu.

na dimensão lacunar de uma determinada correspondência, quais as motivações para que isso ocorra, bem como os porquês e as possíveis respostas envolvidas neste processo.

A correspondência entre Frei Betto e Alceu Amoroso Lima é composta de 22 peças, sendo 18 cartas de Frei Betto enviadas a Alceu e apenas 4 respostas deste àquele. Isto por si só já caracteriza uma sintomática lacuna neste epistolário, pois não há uma equivalência entre as partes, levando-nos a crer que alguma carta ficou sem resposta. Ou então podemos especular outras possibilidades, especialmente o desvio de documentos. É sabido que Alceu valorizava muito a escrita de cartas; assim como Mário de Andrade, não deixava carta sem resposta, muitas vezes era caudaloso nas réplicas, como nas cartas da primeira fase da sua correspondência com Carlos Drummond de Andrade – imensas, complexas, respondendo cada item que o poeta de Itabira perguntara, explicando com pormenores as suas opiniões, dando as suas razões.

As cartas de Frei Betto a Alceu, especialmente as primeiras deste epistolário, certamente provocaram uma reação mais forte no crítico, instigaram-no a responder à altura, tanto que o levaram à escrita de inúmeras crônicas tematizando o que era lido e discutido nestas mesmas cartas. O que aconteceu então? Creio que algumas não chegaram a Frei Betto, por extravio. Existe a possibilidade da censura nos presídios, da leitura prévia da correspondência chegada e a posterior entrega aos detentos, assim como havia a censura do que o encarcerado escrevia, para depois enviar ou não ao respectivo destinatário; isto pode ser percebido nas edições que contém as cartas que Frei Betto escreveu no tempo de prisão, muitas registram “trecho censurado” ou simplesmente “censurado”, indicando a lacuna de determinados trechos.

Uma possibilidade é quando os correspondentes (ou um deles) não sofre daquilo que Jacques Derrida chamou de “mal de arquivo”, isto é, aquele movimento quase compulsivo de guardar tudo, de recolher ao arquivo pessoal toda sorte de papelada própria da atividade intelectual: manuscritos, anotações, bricolagens, rascunhos, bilhetes, cartas, recortes, lembretes, documentos, impressões, imagens etc. É comum fazer limpeza nos guardados pessoais e jogar fora o desnecessário. A respeito da complexidade do trabalho e da pesquisa com os arquivos pessoais de escritores, Marília Rothier Cardoso alerta:

A preservação de documentos de construção do texto literário – anotações, esquemas, rascunhos, manuscritos rasurados – constitui a base dos acervos arquivísticos de escritores, que incluem também a correspondência, eventuais diários e outros documentos pessoais. [...] O ponto de partida para o trabalho com os arquivos é o conhecimento de sua estrutura lacunar. Para além das eventuais perdas e extravios de registros, a própria atividade de arquivamento resulta tanto da falibilidade da memória (sempre à beira do esquecimento) quanto da distância intransponível entre a impressão e sua gravação. Por isso, o arquivo não guarda a verdade, nem muito menos sua origem; nossa insistência em

buscá-las explica-se pelo “mal de arquivo”, que acomete a todos os pesquisadores e interessados. O esforço é para contornar o mal inevitável, aplicando às coleções (não totalizáveis) a lógica do suplemento. (Cardoso, 2001, pp.69-71)

Outro aspecto que se deve levar em consideração é que, no calor da troca de missivas, nem sempre os correspondentes têm consciência que estão criando um enredo epistolar, estruturando um diálogo que pode possuir uma certa importância histórica e humana, que estão trocando “documentos para amanhã”. Por estas e outras razões, ocorre o descarte de muitos destes textos e de outros, contribuindo ainda mais para a dimensão lacunar da epistolografia.

A publicação da correspondência entre Frei Betto e Alceu Amoroso Lima é uma oportunidade ímpar para questionarmos diversos assuntos, tais como: a problemática envolvendo o Golpe de 64, a forma ditatorial do governo militar neste período, os diversos atentados aos direitos humanos, o papel da Igreja Católica em todo este processo, as mudanças pastorais e doutrinárias desta mesma Igreja, o papel do leigo comprometido com a transformação da sociedade, a produção intelectual de cada um dos correspondentes e a vivência do sentimento nobre que envolve os missivistas – a amizade recíproca – responsável pelo desvendamento contínuo de ambos, sendo a carta uma espécie de espelho que ajuda a refletir ideias e opiniões, numa abertura confessional e complacente.

Mais do que suscitar problemas teóricos, espero que a leitura destas cartas – endereçadas a um leitor múltiplo – redimensione os estudos epistolares, fornecendo novas hermenêuticas e apresentando aspectos desconhecidos e inusitados de cada um destes correspondentes.

II – Trauma e Testemunho: em Busca da Liberdade

Com o fim do Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja Católica se viu na necessidade urgente de se readaptar às novas realidades pastorais e missionárias do mundo contemporâneo. Neste afã, as conferências episcopais de cada continente tentaram conciliar as novidades teológicas do Concílio com a realidade local, buscando novas metodologias pastorais e reorganizando a sua práxis missionária.

No que diz respeito à América Latina, a situação foi deveras sintomática, uma vez que pelos idos dos anos 60, quase todo o continente estava submerso em violentas ditaduras de direita, a maior parte financiada pelos Estados Unidos, que viam com temor a expansão do Comunismo neste continente. Na verdade, Washington temia que a experiência cubana se

espalhasse descontroladamente e “contaminasse” outros governos latino-americanos, daí o controle ideológico e a militarização do pensamento e da práxis política. Sabe-se que o Pentágono agiu fortemente no sentido de treinar as forças de repressão do continente, ministrando cursos de tortura e outras formas de coerção física e psicológica, numa organização criada por eles e batizada de Escola das Américas. Na verdade, houve uma espécie de institucionalização do terror, demonizando de todas as formas qualquer pensamento de esquerda e/ou outros que simplesmente discordassem das linhas gerais destes governos.

Prisões, torturas, desaparecimentos e mortes tornaram-se a regra, não a exceção. Tais práticas faziam parte do nosso cotidiano, atingindo em cheio todos aqueles que se posicionassem ideologicamente contrários a estes mesmos regimes, inclusive religiosos e leigos comprometidos com as causas da libertação, no mais amplo sentido desta palavra. Para ilustrar este clima de terror, cito este fragmento da carta que Frei Betto enviou a Alceu Amoroso Lima, em 22 de fevereiro de 1970, o texto mais difícil e contundente deste epistolário:

Além dos dominicanos, estão presos aqui um jesuíta e dois padres seculares. Todos nós fomos física e psicologicamente torturados e obrigados a assinar depoimentos forjados pela polícia. Sofremos o diabo: “pau de arara”, choques elétricos, socos, pontapés, além de vexames morais como o de ver um delegado trajando paramentos, de metralhadora em punho, ridicularizando a Igreja. A polícia aproveitou para levantar um verdadeiro processo da Igreja através de nós. Queria saber quem é quem na Igreja do Brasil, donde vem o dinheiro da CNBB, quem são as amantes de D. Helder etc.

Havia um verdadeiro clima de selvageria nas prisões brasileiras de então, especialmente aquelas reservadas a interrogatórios e confinamentos dos chamados presos políticos, ou terroristas, como os aparelhos da repressão costumavam chamá-los, ou ainda “terroristas da Igreja”, alcunha reservada especificamente àqueles que pertenciam à hierarquia eclesial ou eram leigos comprometidos e envolvidos na causa do Evangelho. Nesta mesma carta a Alceu, num outro momento, Frei Betto inicia a narrativa da tortura de Frei Tito de Alencar Lima, também dominicano, preso com os demais religiosos de São Domingos e de outras ordens e/ou dioceses:

Só para ilustrar a situação em que vivemos: há pouco mais de uma semana frei Tito de Alencar Lima foi levado para novos interrogatórios na “Operação Bandeirantes” (Polícia do Exército). Ontem soubemos que ele foi novamente torturado no “pau de arara” com choques elétricos e que havia “tentado o suicídio” cortando os pulsos. Levado ao Hospital Militar, recebeu transfusões de sangue e já está fora de perigo. Levaram-no de volta à prisão do Exército. Como o Núncio Apostólico veio nos visitar ontem (temos

recebido todo o apoio dele e do episcopado brasileiro), pedimos que fosse ver como estava frei Tito. Não conseguiu, tendo sido barrado pelo Exército. Não deixaram que frei Tito recebesse qualquer visita enquanto não desaparecerem as marcas da tortura. É o costume. Nós que conhecemos bem a ele e à Polícia do Exército, sabemos que frei Tito jamais seria capaz de um gesto desesperado. É jovem, tem grande força física e moral. Certamente tentaram “suicidá-lo”, como já ocorreu a outros e então bateram nele até arrancar sangue. Este é um caso entre centenas. É o retrato do regime em que vivemos. Nem senhores de idade escapam à tortura.

Percebe-se o estado de total terror, inclusive político, a ponto de impedirem a visita do próprio Núncio Apostólico, isto é, o embaixador do então Papa Paulo VI no Brasil e responsável pela diplomacia da Santa Sé em terras brasileiras.

Foi neste contexto banhado a chumbo e sangue que o episcopado católico de todo o continente reuniu-se em Medellín, na Colômbia, em 1968. O objetivo era claro: (re)pensar e (re)organizar a pastoral da Igreja Católica nesta América Latina, marcada pelas repressões militares das mais diferentes naturezas. Era o início da Teologia da Libertação, propondo que a ideia de libertação deveria ser muita ampla, não apenas no sentido escatológico do termo, mas em todas as realidades sociais e humanas do dia a dia – política, economia, saúde, combate à miséria, busca da cidadania, acesso à cultura etc. Neste sentido, foi o próprio frei Tito de Alencar Lima que declarou, numa entrevista à revista francesa *Front Brésilien d'Information*, nº3, em agosto de 1971 :

A jovem Igreja do Brasil é um produto da missão profética de João XXIII. Depois de muitos séculos de conservadorismo e de falsas tradições, a Igreja do Brasil mostra sinais de uma profunda transformação que nasce de uma consciência evangélica que se desenvolveu nos homens em coerência com sua missão terrena. Nós não existimos para salvar as almas, mas para salvar as criaturas, os seres humanos vivos, concretos, no tempo e no espaço bem definidos. Temos uma compreensão histórica profunda de Jesus. De todos os debates teológicos conciliares, é sem dúvida o referente à história da salvação que influenciou de modo decisivo nossa concepção de Igreja, da sua razão de ser, e de sua missão: a história da libertação do povo hebreu, eleito por Javé para tornar-se povo de Deus. É esta idéia de um “Povo de Deus” que orienta do ponto de vista teológico as transformações da Igreja no Brasil. Para nós, quem é o povo de Deus, concretamente? - São os trabalhadores, os operários, os explorados, os oprimidos, enfim toda a massa imensa que tem uma condição de vida desumana. Entre tais, Jesus toma o nome de Zeferino ou Antônio, um qualquer. A realidade social impôs um problema aos Bispos e à Igreja. Há dez anos os sacerdotes de todas as regiões do país procuram, na perspectiva de um desenvolvimento humano e justo, uma solução mais adequada dos problemas sociais. O cristianismo não se pode calar diante das injustiças, pois calar é trair. Seu dever é tornar-se sal da terra, luz do mundo.³

³ In: www.adital.com.br – Memorial *on line* Frei Tito

Desnecessário dizer que este discurso não foi uníssono. Enquanto instituição, a Igreja sempre possuiu inúmeras realidades ideológicas, com os mais variados grupos, cada qual defendendo o seu ponto de vista, as suas verdades, nesta diversidade de opinião própria das organizações humanas. A este respeito, Frei Betto, enquanto na prisão, utilizou diversas das suas missivas para problematizar o papel e a devida atuação da Igreja no seio da sociedade brasileira. Às vezes cético, às vezes empolgado, o dominicano cambiou entre a euforia e a decepção, especialmente em relação à determinada parcela do episcopado brasileiro ainda renitente em denunciar as agruras cometidas no âmbito do Regime Militar. Numa carta aos seus pais, em 3 de março de 1970, ele assim declarou:

Dentro de nossas limitações, tudo fizemos para que a Igreja emitisse uma nota de protesto. É preciso que ela tome posição a respeito da gravidade da situação brasileira, antes que seja tarde. Os bispos, porém, estão acostumados à posição defensiva. Preferem a omissão ao risco. Talvez seja mesmo necessário que alguém se sacrifique para que eles reajam. Não posso compreender, à luz do Evangelho, como é possível suportar calado declarações como essa que o governo acaba de fazer: que no Brasil nunca houve democracia! [...] A Bíblia mostra-nos claramente que Deus fala através dos acontecimentos. João XXIII lembrava que devemos observar os “sinais dos tempos” para compreender a ação de Deus na história. Creio que Deus fala à Igreja no Brasil e na América Latina através do que se passa conosco. Daí minha certeza de que nada temos a perder. O caso do Tito é uma prova cabal disso. (Frei Betto, 1978, p.36)

Todavia, todos aqueles inseridos na chamada Teologia da Libertação radicalizaram o trinômio fé-política-profetismo, alguns pagando com a própria vida pela opção às causas políticas e religiosas dos menos favorecidos. Podemos dizer, sem medo da hipérbole, que nunca o Brasil presenciou um derramamento de sangue tão forte entre bispos, padres, freiras e leigos engajados. Os martírios do início do Cristianismo se atualizaram neste momento, quando prisões, torturas e assassinatos se tornaram a tônica no sentido de manter a ordem política do *status quo*. Naquela mesma entrevista, à revista *Front Brésilien d'Information*, Frei Tito fez outras declarações:

O atual regime brasileiro persegue a Igreja em razão de sua consideração pelo Concílio. As decisões da Encíclica *Gaudium et Spes*, e da reunião dos Bispos da América Latina em Medellín, Colômbia, são reprimidas de modo violento pelo regime do General Médici, através dos Órgãos repressivos, tais como CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), e CODI (Centro de Operações da Defesa Interna). Os militares brasileiros, isto é, os oficiais mais graduados, se encarregam de aplicar os choques elétricos e a tortura aos sacerdotes de muitas paróquias do Brasil. Mais de 50 párocos foram torturados. Um deles, Pe. Henrique Pereira, do Recife, foi assassinado pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) da cidade. (In: www.adital.com.br – Memorial On Line Frei Tito)

Porém, com o passar do tempo e as verdades tocando a epiderme da História, a própria Igreja Católica brasileira se percebeu num terrível dilema entre continuar apoiando e até mesmo justificando muitas ações do Regime ou posicionar-se frontalmente contrária ao mesmo, denunciando os seus exageros e desequilíbrios, e anunciando a necessidade urgente de conversão de todos os organismos oficiais e da sociedade como um todo. Numa outra carta aos seus pais, Frei Betto já percebia uma mudança de atitude por parte das autoridades eclesiais, tanto que ele afirmou, em 18 de fevereiro de 1971:

Li hoje nos jornais o resultado da reunião dos bispos, em Belo Horizonte. Muito feliz a carta que eles enviaram a Dom Paulo Evaristo Arns. Pela primeira vez, nesses últimos anos, um bispo toma posição, exigindo sindicância sobre os fatos. E o episcopado vem em seu apoio. Sem dúvida, os tempos estão mudando... Parece que deixamos de viver na Igreja do silêncio. Esta Igreja, cheia de “prudência”, não foi capaz de uma atitude enérgica por ocasião de nossa prisão. [...] Creio que a década de 70 será decisiva para a Igreja no Brasil. A impressão que tenho é que, só agora, começamos a colher os frutos das sementes lançadas pela Ação Católica, na década de 60. Mas ainda são frutos tenros, tímidos, de uma árvore que, por vezes, balança ao sabor dos ventos. (Frei Betto, 1978, p.131)

A bem da verdade, até mesmo parte da alta hierarquia – que vinha apoiando o Regime Militar desde 1964 – já tinha sido atingida de uma forma ou de outra por parte da repressão. Como exemplo disto, lembro a prisão dos padres da Congregação dos Assuncionistas: os franceses Michel Le Vem, François Berthon e Hervé Croguennec, e o brasileiro José Geraldo da Cruz – todos foram presos em Belo Horizonte, acusados de subversão política e de incitação da ordem pública. Na verdade, o que estes religiosos cometeram foi o “crime” de conscientizar os seus paroquianos a respeito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS, que foi devidamente explicado nas missas e nos encontros das pastorais sociais da respectiva paróquia. Presos, foram brutalmente torturados no quartel general do Exército da capital mineira. Por conta destes fatos, o então arcebispo de Belo Horizonte – Dom João Rezende Costa – denunciou explicitamente, no dia 14 de dezembro de 1968, que os mesmos tinham sofrido toda sorte de sevícias físicas e psicológicas na prisão. Neste mesmo dia, Dom Jaime de Barros Câmara, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro e alinhado com a cúpula do governo militar, enviou uma mensagem para ser lida em todas as paróquias da arquidiocese carioca, que afirmava:

A Igreja de Cristo no Brasil não pode deixar de ser fiel à sua missão, mesmo e principalmente quando a incompreensão e a insensatez tentam impedi-la de atuar e ser fiel. Pouco importa a nacionalidade dos religiosos acusados, pois o Evangelho não tem bandeira – é universal como a justiça e o amor. Não podemos aceitar que se intente negar

a liberdade de pregação a amordaçar os arautos do Evangelho, tachando-os de comunistas. Quanto às denúncias de tortura, exigimos respeito aos alienáveis direitos humanos. Na pessoa desses quatro religiosos vemos todas as demais pessoas que têm sido, com maior ou menor repercussão, atingidas sem o devido respeito a esses direitos. Quando os defendemos, queremos defender todos aqueles que, como eles, tem sido objeto de tratamento arbitrário.” (APUD LIMA, 2003, p.620)

Ora, uma afirmação como esta, vindo de um bispo conservador e que constantemente justificava e defendia a intervenção militar no Brasil, é algo realmente considerável e denota a necessidade de pesquisarmos mais a respeito deste momento da nossa História, sem maniqueísmos, tentando perceber as diferentes versões de cada fato. Tal atitude de D. Jaime de Barros Câmara despertou a admiração de Alceu Amoroso Lima, que em carta à sua filha Madre Maria Teresa, no mesmo 14 de dezembro de 1968, afirmou:

[...] Mas em compensação, esta manhã, uma bomba em sentido contrário: a homilia de dom Jaime em defesa dos padres franceses e da liberdade de palavra da Igreja. Não encontrei nessa homilia, que amanhã vai ser lida em todas as igrejas cariocas, uma só palavra que não pudesse ser subscrita por um dom Vital, um Thomas Becket, um Mindszenty, um Lacordaire, em suma por todos que tenham defendido a tese do *Verbum Dei non est alligatum* [A palavra de Deus não está acorrentada]. Vou telegrafar-lhe! Nunca imaginei que o pudesse fazer do fundo do coração. Essa homilia, francamente, me fez remorsos, pois afinal vejo em dom Jaime o homem de Deus, na hora precisa em que seus amigos gerais e companhia tomam conta do poder absoluto e foram logo a ele, pensando que o intimidavam, pois os padres eram acusados de comunistas. E essa palavra mágica, na mente obtusa do general Sarmiento (que o Lacerda tinha convidado para ser chefe de polícia do seu governo, e não o foi por ter tido um enfarte, que infelizmente não o levou...), levou o general a correr logo ao Palácio São Joaquim ou ao Sumaré para levar os furos da revolução dos padres. E o cardeal teve a dignidade de responder: não, quem tem de julgá-los somos nós, Igreja, e não vocês, Estado. Confesso a Deus a minha culpa: nunca o julguei capaz dessa atitude. Penitenciei-me e como prova disto logo mais lhe telegrafarei trazendo-lhe a minha comovida solidariedade. E não houve uma reticência na homilia.” (LIMA, 2003, pp.620-621)

Como se percebe, o estudo histórico utilizando tais fontes – cartas, diários, manuscritos pessoais, anotações etc. – mostra-se como um campo de investigação realmente instigante e sempre aberto a novidades e reformulações da própria narrativa histórica. Nestas 22 cartas trocadas entre Frei Betto e Alceu Amoroso Lima, percebemos como a troca epistolar serviu como veículo informativo e intercâmbio de confissões e desabafos.

E como Frei Betto foi preso, julgado e detido em diversos presídios, fator desencadeador desta Correspondência? A resposta é ampla e está inserida neste tumultuado contexto dos anos 60/70, principalmente nos anos finais da Ação Católica e com o advento da nova pastoral após Vaticano II.

A Igreja percebeu que uma poderosa frente de trabalho missionário se daria com a juventude católica. Esta foi propositalmente separada de acordo com a natureza de sua atuação na sociedade: JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica). De todos esses grupos, a JUC foi a mais organizada e disseminada, principalmente nas capitais brasileiras, fazendo-se presente através de grupos de reflexão nas mais diferentes universidades e faculdades do país, confessionais ou não (inclusive nas públicas).

A JUC possuía uma organização em comitês estaduais, congregando os grupos de cada instituição de ensino. A união destes comitês formava a JUC nacional, um dos embriões da futura União dos Estudantes do Brasil – a UNE. Por esta época, alguns dos frades dominicanos brasileiros faziam a coordenação e a direção espiritual da JUC, tanto nacionalmente quanto em alguns comitês estaduais, fazendo a perfeita ligação entre fé, política e vida. Desta maneira, houve inúmeras vocações religiosas ao sacerdócio católico nascidas de tais grupos. Era uma época de crença no futuro, de certeza na libertação política do Brasil, de vitória da luta organizada contra a repressão, de sonho em ver o Brasil livre da Ditadura militar.

Podemos dizer que Frei Betto, assim como outros religiosos (o próprio Frei Tito de Alencar Lima) é fruto deste rico momento não apenas político e cultural, mas também vocacional e religioso, marcando uma sintomática era de transição na história eclesial brasileira, como ele próprio afirmou a Alceu Amoroso Lima, na carta de 22 de fevereiro de 1970:

Meu caro Dr. Alceu,

Conhecemo-nos da mesma maneira: pelos jornais. Desde que ingressei na Ação Católica, em 1958, acompanho os seus artigos em prol desse direito natural e fundamental do homem, do qual me encontro privado: a liberdade. [...] Três fenômenos marcaram a Igreja em nosso século: a renovação exegetica ou movimento bíblico, o movimento litúrgico e a Ação Católica. O movimento litúrgico guarneceu de vocações os beneditinos. A AC endereçou suas vocações religiosas aos dominicanos. Mas viemos marcados pela sensibilidade social, pela visão revolucionária de História, pela consciência de responsabilidade neste país de injustiças e opressão. Procuramos ser fiéis aos “sinais do tempo” e à nossa geração empenhada na luta pela justiça.

Por estas declarações, percebemos o envolvimento de muitos dominicanos brasileiros com os movimentos estudantis da época, não apenas a JUC e o meio universitário, mas também a JEC no ensino secundarista, o que certamente despertou o interesse e o “cuidado” das autoridades encarregadas da repressão policial e política a estes movimentos. Tal

envolvimento com a classe estudantil também foi compartilhada por Alceu Amoroso Lima, que sempre se posicionou a favor de garantir a liberdade aos estudantes, principalmente àqueles organizados nos grêmios e associações, corroborando a legitimidade política de tais organizações. Na crônica “O estudante, esse inimigo”, publicado no *Jornal do Brasil*, em 10 de fevereiro de 1966, Alceu defendeu a classe estudantil:

Cada vez mais me convenço de que o maior erro da revolução de 1964 foi o seu divórcio com a mocidade e os trabalhadores. O estudante e o operário foram tratados como naturalmente subversivos, que precisavam provar preliminarmente o contrário para não incorrerem em medidas de precaução ou de repressão, em nome da “segurança nacional”. [...] O que vai conseguir, provavelmente, essa política anti-estudantil, se continuada, é a *sibaritização* da mocidade. Será o resultado mais patente da famigerada Lei 4.464. Essa lei procurou cercar a liberdade sindical dos estudantes e foi recentemente completada pelo fechamento da UNE e a proibição do seu funcionamento por seis meses. (LIMA, 1968, pp.220-221)

Em carta à sua filha religiosa, no dia 22 de junho de 1968, a respeito do recrudescimento da força policial aos movimentos estudantis, Alceu relata cenas do seu cotidiano e os diferentes problemas suscitados a partir daí:

Enquanto ontem, às 3 da tarde, Mamãe e eu subíamos para este pequeno paraíso petropolitano, as ruas centrais do Rio de Janeiro se transformavam num campo de batalha, a tal ponto que um popular, a certa altura, dizia a outro: “Vamos para Saigon”... Quer isto dizer que, realmente, estamos chegando ao que sempre previ: a maneira como o golpe militar de 64 tratou os estudantes tinha de redundar fatalmente na violência, a princípio dos próprios estudantes, e já agora de uma massa popular crescente, acirrada pelo medo estúpido e brutal com que a polícia está agindo, enquanto o Exército não intervém e o estado de sítio (suspensão de toda e qualquer garantia constitucional) não puser uma pedra no túmulo das liberdades públicas e privadas. Para lá caminhamos, pois os estudantes vem revelando um espírito de luta indomável e até o próprio Moniz de Aragão [então reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ] já reconhece que o problema transcende apenas a explicação simplista e (infelizmente) dos Corções [Gustavo Corção] e dos Cândidos [Cândido de Paula Machado] de que tudo é manobra comunista. Ontem a batalha foi terrível e ameaça continuar segunda-feira, até que o Negrão se entregue totalmente ao governo federal e não desça o pau do silêncio, que será o estado de sítio, em que tribunal algum poderá dar habeas corpus etc. e tal. [...] Será que o meu lugar não seria com os estudantes? (LIMA, 2003, pp.607-608)

Aqui se percebe um aspecto sempre lembrado por aqueles que pesquisam a obra e a pessoa de Alceu Amoroso Lima – seu eterno senso de juventude. O próprio Alceu afirmou, em diversas ocasiões, que rejuvenesceu ao ficar mais velho; o que parece um grande paradoxo, foi perfeitamente vivido e justificado na sua vida na sua eterna fome de saber e de conhecer as novidades e os sinais do seu tempo, numa constante atualização ideológica até o

fim da vida. Leonardo Boff, um dos principais teólogos da Teologia da Libertação, sempre lembra as diversas ocasiões que Alceu foi discutir/conhecer melhor esta mesma Teologia, em inúmeros encontros no Convento do Sagrado Coração de Jesus, em Petrópolis, numa constante renovação do seu pensamento, o que pode ser perfeitamente sentido na sua produção de crônicas na imprensa da época, espaço muito utilizado por Alceu e que acompanhou esta sua constante evolução ideológica, espiritual e humana. Por estas razões, podemos compreender a defesa intransigente de Alceu em relação aos religiosos e leigos perseguidos, torturados e/ou mortos pelo Regime da época. O que quero afirmar é que Alceu não seguiu a tendência mais comum de “demonizar” aqueles contrários ao Regime, tachando-os de comunistas e outros adjetivos que pareciam justificar tais perseguições políticas. Ele podia até discordar da motivação de alguns na luta pela redemocratização, fato este que sempre afirmava nas suas crônicas, mas antes de tudo estava o ser humano, filho de Deus, tolhido no seu direito mais fundamental – a liberdade. Este sim é um tema que perpassa toda esta correspondência de uma forma ou de outra, levando os missivistas e (re)pensar a própria vida a partir desta elipse a qual muitos foram condenados a viver sem.

Outro fator que contribuiu para a perseguição policial e política aos frades dominicanos brasileiros, além do comprometimento com os movimentos de base, foi a aproximação de alguns destes com Carlos Marighella. O Exército considerava Marighella um terrorista de alta periculosidade, figura central da guerrilha urbana e, por isso mesmo, precisava ser eliminado a qualquer custo, o que de fato ocorreu através do famigerado Esquadrão da Morte, comandado pelo delegado Fleury. Prender Marighella foi visto como uma espécie de missão para as forças da repressão – polícias e Forças Armadas – seria mesmo uma forma de “progredir” na carreira, executar um mandato. Aqui não faço juízo de valor moral em relação à pessoa e à ação de Marighella, não é o objetivo deste trabalho, mas ele é um elemento importante para contextualizarmos historicamente aquele momento e as forças que se digladiavam de um lado e do outro. Não quero, em momento algum, criar um herói, mitificar uma biografia, muito menos acreditar de forma ufanista que na esquerda brasileira só havia “gente de bem”. Absolutamente. Erros e exageros foram cometidos por ambos os lados. Todavia, é assaz problemático quando se oficializa a selvageria, ou seja, quando todo este sadismo é realizado em nome da proteção do Estado e por ele justificado.

Para aqueles que querem aprofundar a relação dos dominicanos com Marighella, sugiro a leitura do livro de Frei Betto *Batismo de Sangue* (Rocco), precioso documento no

qual Frei Betto não explica apenas esta relação, mas também registra todo o calvário sofrido por estes frades, especialmente frei Tito de Alencar Lima⁴.

Desta forma, prender e torturar determinados frades dominicanos era também dismantelar a organização de grupos ideologicamente contrários ao Regime, especialmente pelo fato de que estes exerciam a pastoral entre universitários, intelectuais, operários e outros. Todo esse “clima de guerra” (usando expressões da repressão) justificava a captura dos mesmos, como testemunhou o próprio Frei Tito de Alencar Lima:

Fui levado do Presídio Tiradentes para a Operação Bandeirantes – OBAN (Polícia do Exército) – no dia 17 de fevereiro de 1970, terça-feira, às 14 horas. O capitão Maurício veio buscar-me em companhia de dois policiais e disse: “Você agora vai conhecer a sucursal do inferno”. Algemaram minhas mãos, jogaram-me no porta-malas da perua. No caminho as torturas tiveram início: cutiladas na cabeça e no pescoço, apontavam-me seus revólveres. Ao chegar à OBAN, fui conduzido à sala de interrogatórios. A equipe do capitão Maurício passou a acarear-me com duas pessoas. O assunto era o congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968. Queriam que eu esclarecesse fatos ocorridos naquela época. Apesar de declarar nada saber, insistiam para que eu “confessasse”. Pouco depois levaram-me para o pau de arara. Dependurado, nu, com mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos, de pilha seca, nos tendões dos pés e na cabeça. Eram seis os torturadores, comandados pelo capitão Maurício. Davam-me “telefones” (tapas nos ouvidos) e berravam impropérios. Isso durou cerca de uma hora. Descansei quinze minutos ao ser retirado do pau de arara. O interrogatório se reiniciou. As mesmas perguntas, sob cutiladas e ameaças. Quanto mais eu negava, mais fortes as pancadas. A tortura, alternada de perguntas, prosseguiu até as vinte e duas horas. Ao sair da sala, tinha o corpo marcado por hematomas, o rosto inchado, a cabeça pesada e dolorida. Um soldado carregou-me até a cela 3, onde fiquei sozinho. Era uma cela de 3 X 2,5 mts, cheia de pulgas e de baratas. Terrível mau cheiro, sem colchão e cobertor. Dormi de barriga vazia sobre o cimento frio e sujo. (LIMA APUD BETTO, 1991, pp.228-229)

Insisto na ideia de uma espécie de sistematização do terror por parte das forças “legais”, isto é, na legalização pública de perseguições, torturas e assassinatos por parte do Estado. O relato acima fala por si só.

Daí o tom de revolta e desabafo que transita nesta Correspondência, não se esquecendo dos frutos de denúncia que ela propiciou, como a escrita de tantos artigos na imprensa – especialmente por parte de Alceu Amoroso Lima – bem como a tradução destas cartas às mais diferentes línguas e posterior publicação nos respectivos países. E quando lembro de Alceu na imprensa da época, é realmente de se enaltecer a sua coragem, determinação e compromisso com a verdade. Percebe-se que Alceu fez dos jornais uma espécie de cátedra, sua voz retumbava aos quatro cantos no sentido de trazer à lume o que se passava nos subterrâneos do Regime (Cf. Anexos, crônicas), não poupando nenhum nome, não criando

⁴ Outro livro que aprofunda esta problemática é o *Marighella – o Guerrilheiro que Incendiou o Mundo*, escrito por Mário Magalhães e publicado pela Companhia das Letras, em 2012.

metáforas para encobrir os devidos responsáveis. De sua imensa produção intelectual na imprensa da época, especialmente no *Jornal do Brasil* e na *Folha de São Paulo*, destaco a crônica “Terrorismo Mascarado”, publicada no *Jornal do Brasil*, em 25 de maio de 1966:

A partir de 1º. de abril e, particularmente, do fatídico 9 de abril de 1964, o arbítrio governamental, militar e policial *institucionalizado*, introduziu o terrorismo à *brasileira*. E que representa este tipo de terrorismo? É a guerra de nervos. É a ameaça constante. É a perda de garantias legais. É a espada de Dâmocles. É a demissão injusta de um cargo, como a recentemente de Paulo Carneiro. São os IPMs. É a desfiguração da Universidade de Brasília. É a prisão de estudantes sob qualquer pretexto. É a supressão de colações de grau. É a expulsão, no ITA, de alunos como “subversivos”, por escolherem um paraninfo indesejável. São os julgamentos draconianos. É o não cumprimento dos habeas corpus. É a hipertrofia da justiça militar. É a falta de garantias para a proclamada liberdade de imprensa. É o julgamento iníquo de professores universitários. São os processos engavetados de fixação de residência, mas capazes, a qualquer momento, de serem desengavetados. Em suma, é um terrorismo encabulado, que não ousa confessar-se, mas que também não tem coragem de confessar o seu próprio malogro. Esse malogro se traduz na tremenda e crescente impopularidade da Revolução. Revela-se no medo de ir ao povo, no terror das eleições livres, na restrição do voto, na impostura democrática em que vivemos, na tentativa de criar o peleguismo estudantil, pela organização de diretórios acadêmicos fantasmas, por imposição legal e na negação da liberdade sindical aos estudantes. [...] Enquanto não houver anistia, eleições livres, liberdade sindical autêntica, supressão dos IPMs, revogação do enquadramento dos estudantes, abolição da justiça de exceção e da hipertrofia do Poder Institucional dominante, haverá terrorismo cultural. Disfarçado ou mascarado se quiserem. Mas efetivo. (LIMA, 1968, p.400)

É o testemunho a serviço legítimo da liberdade, aqui compreendida nas mais diversas possibilidades e manifestações – de imprensa, de organização, de ideologia política, de expressão, de crença, enfim, liberdade de ser.

Ao prefaciar o livro *Das Catacumbas – Cartas da Prisão 1969-1971*, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns assim afirmou:

As cartas, escritas todas elas a pessoas particulares, se transformam em mensagem para o povo. Em todas elas é o próprio povo que dá alma, que descobre rumos e se vê convidado para um destino superior. Está na hora de levar aos brasileiros o testemunho de homens que responderam ao ódio com amor. À difamação com propostas de autenticidade, fraternidade e paz. Dentro das masmorras compõem-se assim o mais belo poema à vida. [...] A mensagem mais decisiva de todas essas cartas escritas com amor se transforma assim num poema à liberdade. Uma liberdade analisada dentro do contexto de toda a História, apesar de serem tão estreitas e tão indevassáveis as paredes que fecham a prisão.

Este é o valor desta Correspondência entre Frei Betto e Alceu Amoroso Lima: suas cartas – nossas cartas.

São textos que extravasam a fronteira do privado – própria da troca epistolar – e atingem a diversidade, o plural, a História, o coletivo. São cartas que ultrapassam o mero objetivo de comunicar um fato ocorrido, o hodierno dos correspondentes. São “documentos para o amanhã”, como Alceu afirmou no título de um belo artigo que publicou no *Jornal do Brasil* com o intuito de divulgá-las melhor. São documentos para a nossa própria reflexão e consciência.

III – Leonardo Boff e Alceu Amoroso Lima

Embora esta correspondência tenha o objetivo de trazer à lume as cartas trocadas entre Alceu Amoroso Lima e Frei Betto, tive a ideia de também incluir – nos anexos – o diálogo epistolar e intelectual entre o teólogo Leonardo Boff e o mesmo Dr. Alceu. Tal decisão, apenas minha, se justifica pela total empolgação e adesão de Alceu em relação à Teologia da Libertação, em plena efervescência ideológica e pastoral ao longo das décadas de 70 e 80.

A Teologia da Libertação (TL) foi uma vanguarda teológica e pastoral, fruto das transformações ocorridas na Igreja Católica após as inovações do Concílio Vaticano II. Para isso também contribuíram as conferências episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), que confirmaram a opção preferencial pelos pobres e marginalizados, revolucionando a ação pastoral e missionária da Igreja nas camadas mais vulneráveis da sociedade. Neste sentido, várias iniciativas foram postas em prática, particularmente a ação das pastorais sociais, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), dos círculos bíblicos, das semanas sociais e toda uma renovação eclesiológica sentida em todas as dinâmicas e realidades do “ser Igreja”. Esta mesma TL se baseava exclusivamente no Evangelho, na proposta renovadora trazida pelo Cristianismo, pela opção explícita do próprio Cristo pelos mais desvalidos da sua época, pelo testemunho dos mais diferentes santos e mártires que, ao longo dos séculos, tem pagado com a própria vida a opção por este projeto de libertação das estruturas sociais e políticas que oprimem e escravizam nas mais díspares formas e métodos.

Ora, uma das afirmações mais conhecidas de Alceu é justamente esta: *Mudei e mudei porque vivi, porque viver é mudar*. Por este epíteto já percebemos um pouco da pessoa e do caráter de Alceu Amoroso Lima – quanto mais idoso, mais aberto às inovações e ideologias que surgiam no seu momento histórico. Foi justamente isto que se deu em relação à Teologia da Libertação, que Alceu conheceu e se entusiasmou pela intensa leitura dos livros produzidos

pelos seus principais ideólogos, especialmente Frei Betto e Leonardo Boff, este último, naquele momento, ainda frade franciscano, residindo no convento do Sagrado Coração de Jesus, em Petrópolis, onde Alceu possuía uma residência e passava longas temporadas do ano. Segundo relatos do próprio Leonardo Boff, a presença de Alceu na missa das 7h da manhã era sagrada, diariamente, numa busca não apenas pela transcendência e pela mística, mas também por querer saber/conhecer melhor aquela Teologia que tinha a igreja e a faculdade dos franciscanos como uma espécie de epicentro de debates e problematizações. Boff afirma que, por várias vezes, Alceu esteve na faculdade de Teologia dos frades para discutir com ele aspectos da Teologia da Libertação e de determinados livros de sua autoria, numa sede de conhecimento que se traduzia em diversos artigos que ele – Alceu – publicava nos principais jornais do país, particularmente no *Jornal do Brasil* e na *Folha de São Paulo*.

Por conta deste belo percurso religioso, decidi incluir também este diálogo de Alceu com Leonardo Boff, após a autorização deste, que gentilmente me enviou diversos relatos biográficos sobre Alceu, com especial ênfase nos seus últimos anos de vida, com os quais Leonardo teve forte relação.

Para tal, foi imprescindível a pesquisa no arquivo do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade (CAALL), no qual se acha a “Pasta Leonardo Boff”, de onde retirei todo o material que este teólogo escreveu e enviou ao Dr. Alceu, tudo devidamente organizado e catalogado pela equipe do CAALL. São três cartas e dois importantes depoimentos, o mais contundente é a homilia que Leonardo Boff escreveu e leu na missa em comemoração dos 85 anos de Alceu Amoroso Lima, ocorrida em 6 de dezembro de 1978; o segundo texto é uma mensagem que foi lida na missa de sétimo dia de Alceu, em 1983, ambas as celebrações ocorridas na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Petrópolis. Acrescentei também um ensaio – precioso – que Leonardo Boff escreveu sobre a trajetória intelectual e religiosa de Alceu, um longo texto cujo título é *Que é ser intelectual e pensador?*, no qual Leonardo problematiza a figura e a missão do intelectual cristão, tão negligenciado na nossa sociedade, tendo como referência a pessoa e a obra de Alceu Amoroso Lima.

Agradeço muito a Leonardo a confiança e a disponibilidade de publicar todos estes seus trabalhos nesta Correspondência que ora vem à luz e, certamente, eles servirão não apenas para conhecermos um pouco mais sobre a vida do Dr. Alceu, mas também servirão como fonte de pesquisa da caminhada histórica da própria Igreja Católica no Brasil, tão marcada por altos e baixos, avanços e retrocessos, profetismo e ostracismo, tão ao gosto da própria condição humana – complexa e paradoxal por natureza.

IV – Caminhos e Percursos

Embora seja um epistolário relativamente pequeno, a organização do mesmo foi complexa, especialmente pela opção de compilar diferentes gêneros textuais – carta, crônica jornalística e depoimentos – todos atravessados por uma temática comum e pela forte relação de amizade entre os missivistas e outras pessoas em comum, bem como as questões ligadas à busca da justiça num difícil momento da história brasileira.

As quatro cartas que Alceu Amoroso Lima enviou a Frei Betto estão no próprio arquivo do crítico, no Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade (CAALL), em Petrópolis (RJ). Estes documentos foram devolvidos pelo próprio Frei Betto ao CAALL, em 1999, para que esta instituição pudesse organizar o conjunto recíproco desta correspondência. Estas quatro cartas estão em excelente estado de conservação, bem legíveis, todas escritas em folhas de papel ofício brancas, com tinta de caneta esferográfica azul e manuscritas. As mesmas foram organizadas, em 2013, pela arquivista Maria de Fátima Argon, sob o título “Coleção Frei Betto” e esta mesma coleção foi publicada no *Guia do Acervo – Correspondência Alceu Amoroso Lima* (EDUCAM/CAALL/Editora Reflexão, 2013).

Quanto as dezoito cartas de Frei Betto endereçadas a Alceu Amoroso Lima, as mesmas também se encontram arquivadas no CAALL, no arquivo Tristão de Athayde, série Correspondência Passiva. Estes originais estão em ótimo estado de conservação, legíveis, escritas numa diversidade de papéis: cartão de visitas, ofício, cartão de Natal e ofício timbrado. Apenas uma carta está manuscrita, a de 22 de fevereiro de 1970; as demais foram todas datilografadas, com assinatura manuscrita em tinta esferográfica preta.

O trabalho de transcrição destes originais não apresentou nenhum problema, mesmo com a já conhecida dificuldade de compreensão acerca da caligrafia de Alceu Amoroso Lima. Quanto à caligrafia de Frei Betto na única carta por ele manuscrita, a mesma foi facilmente compreendida, não tendo havido qualquer dificuldade para transcrevê-la.

Em relação às crônicas jornalísticas, todas foram retiradas do site www.alceuamorosolima.com.br, no link “consulta acervo”. Entretanto, os recortes originais destas mesmas crônicas também se encontram no CAALL, na pasta relativa à produção intelectual de Alceu no *Jornal do Brasil*, aberto à consulta e pesquisa. Tais recortes se encontram em bom estado de conservação, bem amarelados pela ação do tempo e pela própria natureza do papel de jornal.

Já os dois textos críticos que Frei Betto escreveu sobre Alceu, os mesmos me foram enviados – por correio eletrônico – pelo próprio dominicano para serem anexados neste volume.

Quanto às cartas de Leonardo Boff enviadas a Alceu, as mesmas se encontram na respectiva pasta no CAALL, série Correspondência Passiva. Todas estão datilografadas, com a assinatura de Leonardo Boff manuscrita em tinta preta, em papel ofício timbrado da Editora Vozes. Estão em excelente estado de conservação, bem legíveis e sem quaisquer rasuras e/ou correções por parte do autor. Nesta mesma pasta, também estão os dois textos com os quais Boff homenageou Alceu – na sua missa pelos 85 anos e na sua missa de sétimo dia – ambos compilados nos Anexos. Já o ensaio “Que é ser intelectual e pensador?”, também anexado, recebi-o do próprio Leonardo Boff, via correio eletrônico, com o pedido – do próprio teólogo – de ser publicado como homenagem dele à memória de Alceu Amoroso Lima.

As cartas que vem à luz neste epistolário são inéditas, inclusive as três de Leonardo Boff. Vale lembrar que esta correspondência de Frei Betto não é a primeira a ser publicada, já que os volumes de *Cartas da Prisão* e *Das Catacumbas* foram publicados nos anos 70, com grande repercussão à época. Todavia, estes mesmos epistolários dizem respeito às missivas trocadas pelo frade dominicano e os seus familiares e amigos mais próximos, excluindo a sua troca epistolar com Alceu.

Feitas tais observações quanto à metodologia da pesquisa empregada, espero que esta Correspondência ocupe o seu devido lugar nos estudos literários, históricos e religiosos. São cartas impregnadas de relatos pessoais que extravasam a esfera do pessoal e alcançam uma vasta amplitude de temas e problemas abordados.

Que o sentimento mais discutido em tais missivas – a luta pela justiça – possa saltar à vista quando da leitura de cada um. Que a luta de muitos e até mesmo a morte de outros não tenham sido em vão, ao contrário, possam se tornar semente de libertação e busca – incessante – pelo Reino de Deus.

IV – Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Mário de & BANDEIRA, Manuel. *Correspondência*. Edição organizada por Marcos Antônio de Moraes. São Paulo: IEB/EDUSP, 2000.
- ARGON, Maria de Fátima (org.). *Guia do Acervo – Coleção Correspondência Alceu Amoroso Lima*. Petrópolis: EDUCAM/CAALL/Editora Reflexão, 2013.
- AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil – Terceira Época 1930-1964*. Petrópolis: Vozes, 2008.

- CALLIGARIS, Contardo. *Verdades de autobiografias e diários íntimos*. [texto eletrônico] Disponível em www.fgv.br, 1997.
- CARDOSO, Marília Rothier. “Reciclando o Lixo Literário: Os Arquivos de Escritores”. In: *Palavra*. Departamento de Letras da PUC-rio, no. 7, 2001.
- DERRIDA, Jacques. *Mal d’archive, une impression freudienne*. Paris: Galilée, 1965.
- DIDIER, Béatrice. “La correspondance de Flaubert et George Sand”. In : *Les Amis de George Sand*. Paris : Nouvelle Série, 1989.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de La sexualité 1. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- FREI BETTO. *Batismo de Sangue*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- _____. *Cartas da Prisão – 1969-1973*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- _____. *CEBs – Rumo à Nova Sociedade*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- _____. *Das Catacumbas – cartas da prisão 1969-1971*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Diário de Fernando – Nos Cárceres da Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- _____. *Frei Tito Memória e Esperança*. São Paulo: Ordem dos Pregadores, 1999.
- HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *L’épistolaire*. Paris: Hachette, 1995.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
- KAUFMANN, Vicent. *L’equivoque Épistolaire*. Paris: Éditions de Minuit, 1990.
- LIMA, Alceu Amoroso. *A Experiência Reacionária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- _____. *Cartas do Pai – de Alceu Amoroso Lima para sua filha madre Maria Teresa*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales, 2003.
- _____. *Memorando dos 90*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.
- _____. *Memórias Improvisadas – Diálogos com Medeiros Lima*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- _____. *Tudo é Mistério*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- LIMA, Alceu Amoroso & FIGUEIREDO, Jackson de. *Correspondência – Harmonia de Contrastes, Tomos I e II*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1991.
- LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Presença da Igreja no Brasil – História e Problemas 1500-1968*. São Paulo: Editora Giro, 1977.
- MARASCHIN, Jaci Correia (org.). *A vida em meio à morte num país do terceiro mundo*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- MARITAIN, Jacques. *Religião e Cultura*. Rio de Janeiro: Atlântica, 1945.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja – de Lutero a Nossos Dias*. São Paulo: Loyola, 1997.
- MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História – 500 anos de Presença da Igreja Católica no Brasil*, Tomo 3 – Período Republicano e Atualidade. São Paulo: Paulinas, 2003.
- MORAES, Marcos Antônio de. “Cartas, um gênero híbrido e fascinante”. In: *Jornal da Tarde*, Caderno de Sábado. São Paulo, 28/10/2000.
- _____. (org.). *Mário, Otávio – Cartas de Mário de Andrade a Otávio Dias Leite (1936 – 1944)*. São Paulo: IEB-USP/Imprensa Oficial/Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2006.
- _____. *Orgulho de Jamais Aconselhar – A Epistolografia de Mário de Andrade*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2007.
- QUEIROZ, José (org.). *A educação popular nas comunidades eclesiais de base*. São Paulo: Paulinas, 1985.

RODRIGUES, Leandro Garcia. *Alceu Amoroso Lima – Cultura, Religião e Vida Literária*. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. *Uma Leitura do Modernismo – Cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.

ROLIM, Francisco Cartaxo. “A greve do ABC e a Igreja”. In: MARASCHIN, Jaci Correia (org.). *A vida em meio à morte num país do terceiro mundo*. São Paulo: Paulinas, 1983.

SANTIAGO, Silviano (org.). *Carlos & Mário – Correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Bem Te Vi, 2002.

_____. (org.). *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SILVA, José Arioaldo da. *O Movimento Litúrgico no Brasil – Estudo Histórico*. Petrópolis: Vozes, 1983.